

Cidadão em foco: representações sociais, atitudes e comportamentos de cidadania

Mateus Miranda Fagundes
Michele Zanella

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul – SC – Brasil

Tatiana Lucena Torres

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN – Brasil

Resumo: Este estudo buscou caracterizar representações sociais, atitudes e comportamentos sobre cidadania, apresentados por jovens e idosos. Para tanto, 100 pessoas responderam a um questionário semiestruturado, composto por questões de evocação livre, múltipla escolha, questões abertas e uma escala de atitudes. Houve emparelhamento quanto ao número de participantes jovens e idosos para a composição da amostra. As respostas foram analisadas por estatística descritiva, análise de conteúdo e lexicográfica. Os resultados indicam que a representação social da cidadania se relaciona com valores como honestidade e respeito, além do compromisso com a sociedade. Os jovens são favoráveis às discussões e reflexões políticas, diferentemente dos idosos. O voto não é destacado como um ato de cidadania em ambos os grupos, entretanto é por meio dele que estes percebem sua ação mais efetiva como cidadãos. Há indicativos do fenômeno de dissonância cognitiva entre comportamentos e atitudes, que se baseiam nas representações sociais da cidadania.

Palavras-chave: cidadania; representação social; atitudes; comportamento; gerações.

Introdução

Na tentativa de abranger uma população tão distinta quanto a brasileira, com etnias, credos e culturas diferentes, foi lançada, em 1988, a Constituição Federal (CF) que leva o rótulo de constituição cidadã, justamente por tentar abarcar em si todos os direitos civis, políticos e sociais das pessoas que habitam o território brasileiro.

A cidadania garantida pela Constituição, cujo conceito sofreu inúmeras modificações desde seu surgimento na Grécia antiga até a contemporaneidade, serviu de objeto de estudo para a presente pesquisa que, à luz da teoria das representações sociais, teve como objetivo caracterizar e relacionar as representações sociais da cidadania com as atitudes e os comportamentos apresentados por jovens e idosos moradores da região do Alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Teoria das representações sociais

O marco inicial da teoria das representações sociais foi a obra de Moscovici, publicada em 1961, que resgata e critica conceitos durkheiminianos e estuda o senso comum por meio do estudo de como a psicanálise era percebida, difundida e propagada ao público de Paris.

O conhecimento do dia a dia, aprendido por meio de experiências não científicas, passado através de gerações pode ser caracterizado como pertencente ao senso comum. Conhecer o seu conteúdo é o primeiro passo para analisar as relações sociais e interações grupais.

Torres e Camargo (2008) afirmam que a teoria das representações sociais apresenta três abordagens complementares: dimensional (MOSCOVICI, 1961), dinâmica (JODELET, 2001, 2005) e estrutural (ABRIC, 2003). Segundo Moscovici (1961), as representações sociais são o equivalente aos mitos das sociedades antigas e tradicionais, que contemporaneamente revelam as crenças do senso comum. Jodelet (2005) descreve as representações sociais como conhecimento prático orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que o ser humano vive. Moreira e Oliveira (1998) defendem a importância das representações sociais e destacam as quatro funções básicas das representações: de saber, identitária, de orientação e justificadora.

Para Moscovici (1961), as representações são compostas pela informação (qualidade e quantidade de conhecimento que o sujeito/grupo tem sobre o objeto), pelas atitudes (possibilidade de identificar posições favoráveis ou não em relação a determinado objeto) e ainda pelo campo de representação (que permite a visualização de conhecimentos e atitudes organizados em forma de teoria).

A abordagem estrutural (ABRIC, 2003) define um ou mais elementos como propiciadores de significados a determinada representação (núcleo central). Esse núcleo é determinado pela natureza do objeto representado e pelo tipo de relação mantida entre grupo e objeto (MOREIRA; OLIVEIRA, 1998). Em torno do núcleo central, encontram-se os elementos periféricos e seus conteúdos vivos, concretos e de fácil acesso.

Como processos formadores das representações sociais, merecem menção os conceitos de ancoragem e objetivação. O primeiro, segundo Jodelet (2001), dá-se na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas. Já a objetivação busca transformar em concreto algo abstrato e, para tanto, substitui o conceito pelo que é percebido. A imagem torna-se objeto e não sua representação (CHAMON, 2006).

Atitude e comportamento

Um dos mais antigos e estudados conceitos em psicologia social, a atitude recebeu diversas definições em distintas épocas (LIMA, 2006). Para Lima (2006), trata-se de “um construto hipotético” referente à tendência psicológica expressa em avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade em especial. O adjetivo hipotético permite diferentes compreensões de atitude, desde um modo de reação a objetos e pessoas até uma tendência de agir ou pensar em certas circunstâncias (ATKINSON et al., 2002; DEUTSCH, 1999).

Os estudos envolvendo representações sociais e atitudes são importantes porque estão intimamente vinculados à prática apresentada pelas pessoas, sendo um meio interessante de compreender como os sujeitos se comportam e como justificam ou se posicionam em relação às suas ações. Quando o fenômeno estudado é a cidadania, tal estudo

apresenta maior relevância, uma vez que, especialmente na realidade brasileira, uma ação cidadã se relaciona com a garantia de direitos e com o exercício da democracia.

Cidadania

O conceito atual de cidadania, obra de uma história conturbada, firmou seus pilares a partir do século XIX, por meio de medidas que procuravam restringir as imposições do Estado sobre os moradores, além de, nas vésperas do século XX, salvaguardar direitos concernentes à proteção social (RIBEIRO, 2007). O cidadão atual é democrático, liberal e social, ou seja, resultado de sua história de *pólis*, *civitas* e *societas* (RIBEIRO, 2007). Koshiha (2000) explica que por *pólis*, na Grécia antiga, entendiam-se as cidades-estados. Não se referia apenas ao seu território, e também ao povo e ao seu governo. Já *civita* é a condição e o direito de cidadão, conjunto de cidadãos que constituem uma cidade ou Estado, enquanto *societas* se refere à sociedade humana, união ou associação, comunidade.

O termo cidadania é uma espécie de estatuto que rege os deveres do Estado com relação à proteção e aos serviços, e também ao respeito e à obediência, estes últimos de responsabilidade dos cidadãos (FARAH, 2001).

Em suma, o termo cidadania contempla os direitos e deveres que o cidadão tem em relação ao país em que nasceu ou escolheu para habitar. Há três âmbitos intrínsecos ao conceito de cidadania, são eles os direitos civis, sociais e políticos, todos devidamente garantidos na Constituição Federativa brasileira (LUCA, 2003). Os direitos civis são relacionados à questão individual, mais especificamente à sua liberdade. Os elementos sociais referem-se a direitos que variam desde o direito à segurança e ao bem-estar até o de ser um sujeito civilizado de acordo com os padrões vigentes na sociedade. No último âmbito, o político, são abarcados direitos de participação em exercícios políticos, seja como autoridade ou eleitor. Na Constituição, merecem destaque o artigo 14, que cita que a soberania popular será exercida pelo voto, e o inciso 2º do mesmo artigo, que abre condições para a elegibilidade a cargos eleitorais (LIMA, 2004; BRASIL, 2007).

O voto

A compreensão de Marshall (SAES, 2001) designa poder ao homem como parte constituinte de um todo denominado de povo. A participação popular se daria, de forma concreta, a partir do direito de escolha de seus governantes. Uma das formas mais conhecidas de escolha dos governantes de uma nação é pelo processo eleitoral, o qual, no Brasil, tem seus primórdios nos códigos portugueses que vigoraram da Idade Média até meados de 1828. Com a independência consumada, o Brasil passou a aperfeiçoar a legislação eleitoral com base, principalmente, nos franceses (MACIEL, 2009).

Com o passar dos anos, o país adotou um Código Eleitoral que, em 1932, instituiu o voto obrigatório, com a prerrogativa de garantir elevado número de eleitores, o que daria maior credibilidade ao processo eleitoral (OLIVEIRA, 1999). Desde a legitimação do voto compulsório, não cessam os debates acerca da real necessidade dessa obrigação e do quanto esse fator seria condizente com a democracia. Assim, o presente estudo teve co-

mo objetivo caracterizar representações sociais, atitudes e comportamentos sobre cidadania, apresentados por jovens e idosos.

Método

O delineamento do presente estudo reflete uma pesquisa exploratória, descritiva, comparativa, do tipo levantamento de dados, com amostra de conveniência. Neste estudo, os participantes foram divididos em dois grupos: jovens na faixa etária de 16 a 30 anos e idosos com 60 anos ou mais. Por jovem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), define-se a pessoa com idade entre 15 e 24 anos. E por idoso entende-se a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741/2003).

Os participantes residiam no Alto Vale do Itajaí/SC. Os jovens eram estudantes do ensino superior, e os idosos, estudantes universitários e/ou integrantes de grupos de terceira idade. Não houve emparelhamento quanto ao nível de escolaridade destes pelos critérios de acessibilidade já mencionados. Todos foram convidados a participar da pesquisa de forma voluntária e anônima.

Os questionários foram compostos por: questões de caracterização dos participantes (idade, escolaridade, situação conjugal etc.), questões de múltipla escolha a respeito do envolvimento político e da participação em movimentos sociais, escala de atitudes de três pontos, inspirada no formato Likert, sobre o acesso aos direitos fundamentais (educação, justiça etc.), além de uma questão aberta e outra de evocação livre sobre “cidadania”.

Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos por meio do Protocolo nº 798/2009 e anuência das instituições onde a pesquisa foi realizada, aplicaram-se dez pré-testes no intuito de avaliar dificuldades emergentes nas aplicações, problemas de compreensão do instrumento e tempo necessário para efetiva aplicação. Todos os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os questionários foram autoaplicados em situação coletiva, no entanto, entre os idosos dos grupos de terceira idade, a aplicação ocorreu em pequenos grupos e algumas pessoas necessitaram de maior auxílio do pesquisador pelo fato de apresentarem limitações visuais e dificuldades de leitura e/ou escrita, o que exigiu adaptação para aplicação do instrumento.

Nos estudos sobre representações sociais, cada vez mais, as análises de conteúdos textuais têm sido realizadas por meio de *softwares* de análises lexicais, atingindo principalmente o conteúdo das representações (ALLAIN; CAMARGO, 2007; TORRES; CAMARGO, 2008; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011). Como, no presente estudo, a intenção foi identificar a estrutura das representações sociais (ABRIC, 2003), utilizou-se o programa Evocation 2000 para a análise das evocações livres. As questões abertas, por apresentarem temáticas diferentes, foram analisadas por meio do procedimento de análise temático-categorial (BARDIN, 2002). E, finalmente, as questões objetivas e a escala de atitudes foram analisadas utilizando estatística descritiva através do *software* SPSS 15.0 (Statistical Package of Social Science).

Resultados

Caracterização dos participantes

Dentre os 100 participantes do estudo, a maioria era do sexo feminino (61%). Considerando as características dos participantes, é válido ressaltar que apenas 53% possuíam o ensino superior completo ou incompleto, 38% ensino fundamental completo ou incompleto e 9% ensino médio completo ou incompleto. No que concerne aos jovens, 6% possuíam ensino superior completo, 90% ensino superior incompleto e 4% ensino médio completo. Ao contrário dos jovens, 4% dos idosos possuíam ensino superior completo, 6% ensino superior incompleto, 76% ensino fundamental completo ou incompleto e 14% ensino médio completo ou incompleto. Em relação à situação conjugal, a grande maioria (47%) declarou-se solteira, seguida por casados (29%) e viúvos (15%). A idade dos jovens variou entre 17 e 30 anos, tendo média de 19 anos e 6 meses. Entre os idosos, a média de idade foi de 69 anos e 2 meses, com variação de 60 até 96 anos de idade.

Participação em movimentos sociais e discussões políticas

Ao serem questionados sobre a participação em movimentos sociais, 22% dos participantes confirmaram sua participação, e o lugar de participação variou de grupos de pais na escola até organizações não governamentais. Sobre o quanto ocorre o envolvimento em discussões políticas, somente 6% dos respondentes afirmaram que seu envolvimento ocorre sempre, enquanto metade das pessoas declarou que poucas vezes se envolve em discussões políticas.

Quando questionados sobre a relação entre política e bem-estar, quase metade dos participantes (46,5%) percebeu uma associação intensa, para 28,3% a relação foi classificada como mediana, mas 18,2% consideraram que há pouca relação entre ambos, e 7,1% não souberam afirmar se há ou não alguma relação. Nota-se que 74,9% dos entrevistados percebem alguma relação entre a política e o bem-estar, entretanto apenas 6% deles buscam, com frequência, discutir questões relacionadas à política. O número de participantes da pesquisa que já fizeram parte de movimentos sociais mostra-se elevado quando comparado aos que discutem frequentemente questões políticas. Com base nisso, pode-se concluir que o comportamento de discutir não necessariamente está ligado à inserção em movimentos sociais, sendo o inverso também válido.

No que concerne à questão do voto facultativo, a grande maioria (85%) afirmou que, se o voto não fosse obrigatório, mesmo assim gostaria de fazê-lo, enquanto o restante (15%) optaria por não votar. Para compreender os motivos que levaram os participantes a escolher uma das alternativas, foi realizada uma análise de conteúdo com base na justificativa da resposta. Para justificar um posicionamento favorável, os participantes indicaram respostas variadas que foram categorizadas por temas que são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Justificativa para votar, caso o voto fosse facultativo

| Tema* | Jovem | Idosos |
|--|-------|--------|
| Poder de escolha dos eleitos | 19 | 21 |
| Voto como um direito | 7 | 5 |
| Voto como pretexto para posterior cobrança | 5 | 6 |
| Exercer cidadania | 5 | 2 |
| Promover mudança | 4 | 3 |
| Responsabilidade | 4 | 2 |
| Melhorar o país | 5 | - |
| Expressar opinião | 10 | - |
| Voto como dever | - | 10 |
| Influenciar o futuro | 1 | - |
| Compromisso | - | 1 |

* Os temas não são excludentes entre si.

Para justificar a opção pelo voto, diante da não obrigatoriedade, os participantes encontram fundamentos no poder de escolha proporcionado pela votação. Outro aspecto relevante foi entender o voto como um direito e uma forma de cobrança e acompanhamento dos mandatos dos eleitos, em que deixar de votar seria abdicar de um direito conquistado. Na comparação entre os grupos, fica claro que, para os jovens, o voto é visto como uma forma de expressar opiniões, afirmação que entre os idosos não é lembrada. Já os idosos, em contrapartida, entendem o voto como um dever, aspecto não mencionado pelo outro grupo.

Quando a justificativa se relaciona com o posicionamento negativo ao voto, percebe-se dissonância entre os grupos, pois, enquanto os jovens enfatizam a descrença nos futuros governantes, os idosos indicam não gostar de política. A Tabela 2 demonstra a distribuição e frequência dos temas.

Tabela 2. Justificativa para não votar, caso o voto fosse facultativo

| Tema* | Jovem | Idosos |
|--|-------|--------|
| Descrença nos candidatos | 6 | 1 |
| Não gostar de política | 1 | 3 |
| Não votar é um direito | 1 | - |
| Incapacidade de os candidatos ocuparem o cargo | 1 | - |
| Descrença na política | - | 1 |

* Os temas não são excludentes entre si.

Quando os participantes foram questionados sobre o acesso à educação de qualidade, a maioria (78%) afirmou que tal acesso não está ao alcance de todos, por causa das dificuldades em pagar o ensino privado ou pelo baixo investimento do governo em educação, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3. Justificativa para sustentar que a educação de qualidade é inacessível

| Tema | Jovem | Idosos |
|--|-------|--------|
| Sem condições financeiras para pagar ensino particular | 11 | 14 |
| Educação pública de baixa qualidade | 10 | 6 |
| Pouco investimento governamental em educação | 7 | 9 |
| Sem possibilidade de acesso à educação | 7 | 1 |
| Desinteresse dos professores em ensinar | 3 | 3 |
| Má gestão pública | - | 7 |
| Desigualdades sociais | 4 | - |

Verifica-se que as temáticas apresentadas por jovens e idosos são muito semelhantes, com exceção dos problemas de gestão do governo indicados pelos idosos e da desigualdade social que aparece somente na perspectiva dos jovens. Mas, para os jovens e idosos que acreditam que o acesso ao ensino de qualidade existe, ocorre a justificativa de que poucos alunos têm interesse real em estudar, colocando o compromisso individual como explicação para as falhas na qualidade de ensino.

Representação social da cidadania

Com base na questão de evocação livre a partir da palavra indutora “cidadania”, buscou-se caracterizar a estrutura das representações sociais da cidadania para os dois grupos abordados, destacando a estrutura das representações sociais por meio do seu núcleo central, assim como seus elementos periféricos.

Pela análise de evocação, foi gerado um diagrama de quatro quadrantes organizados em dois eixos: o eixo vertical corresponde à frequência de evocação das palavras e o eixo horizontal refere-se à ordem média de evocações. Com base nas respostas de 95 participantes, obtiveram-se 451 evocações com 112 palavras diferentes e uma frequência média de aproximadamente três evocações por categoria semântica. A frequência mínima foi quatro; a intermediária para distinguir elementos com frequência alta e baixa, dez; e a ordem média de evocação, 2,9, como pode ser visualizado na Tabela 4.

Tabela 4. Quadrantes com elementos centrais e periféricos sobre cidadania

| | OME < 2,9 | | | OME ≥ 2,9 | | |
|--------|---------------|----|------|------------------|----|------|
| | Elemento | F | OME | Elemento | F | OME |
| f ≥ 10 | Respeito | 43 | 2,20 | Direito | 33 | 2,97 |
| | Honestidade | 23 | 2,08 | Dever | 23 | 3,30 |
| | Pessoas | 17 | 1,94 | Responsabilidade | 10 | 2,90 |
| | Educação | 15 | 2,73 | | | |
| | Cidadão | 14 | 1,57 | | | |
| | Sociedade | 14 | 2,71 | | | |
| | Compromisso | 12 | 2,66 | | | |
| f < 10 | Ética | 9 | 2,77 | Amizade | 9 | 3,22 |
| | Colaboração | 7 | 2,57 | Participação | 9 | 3,00 |
| | Liberdade | 6 | 1,66 | Amor | 8 | 3,87 |
| | Ser | 6 | 2,83 | Justiça | 8 | 3,62 |
| | Solidariedade | 6 | 2,83 | Obrigaçã | 8 | 3,25 |
| | | | | Ordem | 7 | 4 |

No primeiro quadrante, o superior esquerdo, podem-se destacar os seguintes elementos: “cidadão, compromisso, educação, honestidade, pessoas, respeito, e sociedade”. Para os participantes, a cidadania está intimamente ligada com as relações entre as pessoas. O termo cidadania envolve aquele que a põe em prática, o “cidadão”, que foi evocado mais prontamente, demonstrando que dificilmente haverá cidadania sem que, em seu cerne, existam cidadãos respeitosos e honestos.

O quadrante superior direito indica elementos periféricos com alto grau de ativação, sendo eles: “dever, direito, e responsabilidade”. Há indícios, na palavra direito, das primeiras relações entre o conteúdo das representações e a história de cidadania, que é pautada no cumprimento, por parte dos governantes, de direitos dos cidadãos.

Nos terceiro e quarto quadrantes, percebe-se uma predominância de fatores subjetivos, tais como: “solidariedade, humildade, ajuda”. Há também a presença, nesses quadrantes, de itens de suma importância no entendimento do termo cidadania: “liberdade, justiça, igualdade, dignidade e voto”.

Atitudes em relação à cidadania

Uma escala de atitudes composta por dez itens acerca da cidadania evidenciou diferenças entre jovens e idosos. Os resultados estatísticos são expostos na Tabela 5.

Tabela 5. Resultados das medidas de tendência central e comparação de médias

| Item | Grupo | N | M | dp | t | p |
|---|--------|----|------|------|------|------|
| 1. Todas as pessoas devem ter os mesmos direitos. | Jovens | 50 | 1,36 | 0,74 | 1,81 | 0,07 |
| | Idosos | 50 | 1,12 | 0,59 | | |
| 2. Sinto-me livre para expressar minhas opiniões sobre qualquer tema. | Jovens | 50 | 1,61 | 0,77 | 0,34 | 0,73 |
| | Idosos | 50 | 1,67 | 0,97 | | |
| 3. As classes sociais (alta e baixa) não devem frequentar os mesmos lugares*. | Jovens | 50 | 2,79 | 0,45 | 4,04 | 0,00 |
| | Idosos | 50 | 2,20 | 0,92 | | |
| 4. Todos os indivíduos têm direito à justiça*. | Jovens | 50 | 1,27 | 0,75 | 2,47 | 0,01 |
| | Idosos | 50 | 1,70 | 0,97 | | |
| 5. Sinto-me seguro no lugar onde moro. | Jovens | 50 | 1,52 | 0,72 | 0,88 | 0,40 |
| | Idosos | 50 | 1,39 | 0,80 | | |
| 6. Costumo sempre respeitar as diferenças sociais. | Jovens | 50 | 1,27 | 0,63 | 0,67 | 0,50 |
| | Idosos | 50 | 1,18 | 0,62 | | |
| 7. Todas as pessoas devem aceitar as normas da sociedade. | Jovens | 50 | 1,67 | 0,84 | 1,08 | 0,27 |
| | Idosos | 50 | 1,86 | 0,85 | | |
| 8. As pessoas tornam-se mais politizadas à medida que têm mais escolaridade*. | Jovens | 50 | 1,71 | 0,78 | 3,15 | 0,00 |
| | Idosos | 50 | 1,27 | 0,59 | | |
| 9. Costumo reivindicar meus direitos defendidos em lei. | Jovens | 50 | 1,81 | 0,85 | 1,83 | 0,07 |
| | Idosos | 50 | 1,51 | 0,78 | | |
| 10. Colaboro para a promoção e o incentivo à educação.* | Jovens | 50 | 1,55 | 0,88 | 2,27 | 0,02 |
| | Idosos | 50 | 1,22 | 0,53 | | |

* Itens com diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Quando se analisa a consistência dos itens da escala, verifica-se que eles não compõem um índice suficiente, no entanto isso pode ser explanado à medida que houve uma diferença etária considerável entre os grupos, o que pode significar diferenças de escolhas na escala. Tanto jovens quanto idosos não concordam totalmente com a restrição de acesso a espaços por classe social. Fica evidente, por meio da tabela, essa diferença entre os grupos, que pode ser explicada pelo fato de jovens e idosos terem vivenciado épocas distintas.

Os grupos divergem em relação ao direito e acesso universal à justiça, o que evidencia que, para os idosos, nem todos os indivíduos podem usufruir e ter acesso ao direito de justiça defendido na Constituição. Em contrapartida, os jovens acreditam que esse direito é de alcance da maioria da população.

Sobre a aproximação entre escolaridade e politização, novamente há uma oposição entre jovens e idosos. Para quase a totalidade de universitários jovens, não existe relação entre escolarização e politização, fato que parece contrariar as propostas do ensino público que, entre outros objetivos, busca formar cidadãos brasileiros com ética, dignidade e conhecimento.

A atitude de colaborar para a promoção e o incentivo à educação também apresentou diferença significativa. Aqui, nota-se um provável desinteresse por parte dos jovens em relação à promoção e manutenção das questões educacionais, e um preocupante alerta para o futuro do ensino. Apesar de estarem há muito tempo distantes da vida escolar, os idosos são favoráveis ao incentivo e à promoção da educação.

As demais afirmações, apesar de não apresentarem diferenças estatísticas significativas entre os grupos, contribuem para a pesquisa no que tange ao entendimento das atitudes referentes aos temas abordados.

Comportamento cidadão

Quando solicitados a responder livremente sobre a melhor forma de exercer a cidadania, tanto jovens (23) quanto idosos (14) indicam que o respeito ao próximo seria a forma mais adequada. Além disso, jovens (15) e idosos (6) também relatam que, ao cumprirem direitos e deveres, as pessoas estariam exercendo a cidadania. Os idosos acrescentam ainda que aspectos como justiça e honestidade (5) são importantes para a cidadania, além do trabalho conjunto ou da colaboração em comunidade (9). E os jovens indicam que, para ser cidadão, é necessário: estudar (3), participar da política (3) e exigir os próprios direitos (3).

Discussão dos resultados

A evocação da palavra “respeito” demonstra que quase metade dos participantes está em consonância com o seu dever de respeitar aspectos da sociedade, fator de suma importância para a promoção da cidadania por abarcar os três âmbitos desta: civil, social, e político (BRASIL, 2007). O respeito, no primeiro âmbito, influencia aspectos relacionados à liberdade de pensamento, de escolha, de justiça, de ir e vir, de expressão, entre outros, o que é garantido na Constituição brasileira pelo artigo 5º (incisos IV, VI e XV). Em relação ao social, há o respeito aos padrões vigentes na sociedade, além do respeito ao bem-estar e à segurança do próximo, ambos figurando no inciso XI do artigo 5º. Respeitar a escolha dos eleitos pelo voto direto, assim como seus mandatos, é contemplado no âmbito político. Em estreita relação com o respeito, a “honestidade” também emana no núcleo central da representação, no entanto não é diretamente citada na literatura acerca da cidadania, embora seja possível fazer uma aproximação com o âmbito político, uma vez que cada vez mais a difusão midiática tem apresentado esse fator como desejável nos Poderes Executivo e Legislativo.

A palavra “cidadão” também aparece na estrutura da representação, o que remete ao entendimento de que aquele que exerce a cidadania também a representa. O cidadão é o propulsor da cidadania e o elo entre teoria e prática, além de ser responsável pela manu-

tenção ou pelo término de uma sociedade cidadã, já que lhe cabe a conquista, preservação ou proteção de seus direitos (SIQUEIRA; OLIVEIRA, 2007). A evocação da palavra “educação” demonstra que os participantes relacionam, acertadamente, educação à cidadania, fato que está contido na Constituição cidadã (BRASIL, 2007), que assegura aos habitantes de território brasileiro a educação de qualidade como condição para o *status* de cidadão.

As palavras “direito e dever” levam à compreensão de que os principais envolvidos na cidadania – Estado e cidadão – têm papéis a desempenhar na busca do pleno funcionamento do quadro social. Ao Estado cabe garantir o acesso total aos direitos contidos em lei, enquanto ao cidadão cabe o cumprimento dos deveres.

A perspectiva mais subjetiva da cidadania envolve, além de valores, sentimentos dos participantes. Há, no entanto, na periferia das representações sociais da cidadania, palavras que se encontram no cerne da compreensão desse objeto social, como liberdade, que, desde os primórdios das discussões, ainda no período renascentista, já era lembrada como adjetivo intrínseco ao cidadão (LOCKE, 2005). A igualdade e a justiça, presentes na base da cidadania, assim como a participação, têm seu maior momento no instante do efetivo exercício político por meio da sociedade civil organizada.

Tido por muitos como o principal ato de cidadania, o “voto” não foi efetivamente evocado. Esse resultado, de certo modo, desmistifica ideias vigentes que adotam o voto como o ápice da cidadania, em detrimento de outras maneiras de exercê-la, como as apresentadas pelos participantes da presente pesquisa.

Houve indicativos para duas representações sociais da cidadania, a primeira mais subjetiva voltada para os princípios e valores que envolvem a cidadania (respeito, honestidade, compromisso, responsabilidade, direitos e deveres). Mas a cidadania se concretiza por meio das pessoas, os cidadãos dão referência aos pressupostos constitucionais, pois são eles que efetivamente os executam, indicando aspectos de uma segunda representação social da cidadania.

Em ambos os grupos estudados, apesar de algumas divergências, as atitudes apresentaram-se favoráveis à cidadania. A diferença de classes aparece com mais proeminência entre os idosos, que se apresentam neutros diante da polarização entre ricos e pobres. O direito à justiça, assegurado em lei, é fato consumado segundo o grupo de jovens, uma vez que acreditam que o acesso à justiça está ao alcance de todos. No entanto, os idosos apresentam-se descrentes na questão e, de certa forma, na proposta da Constituição (BRASIL, 2007), que reforça que é dever do estado conceber a todos os indivíduos desse país o direito à justiça.

A crença de que o estudo pode ser vetor da politização encontra atitudes favoráveis no grupo dos idosos, o que não acontece com o outro grupo. Em contrapartida, percebe-se que o grupo dos jovens, com todos os participantes tendo o ensino médio completo, apresenta maior vivência da experiência de estudar. Esse posicionamento dos jovens é preocupante à medida que traz à tona o fato de que para eles a educação não cumpre uma das premissas básicas, que prevê formação não só de alunos, mas também de futuros cidadãos eminentemente politizados.

Da mesma forma, somente os idosos acreditam que a promoção e o incentivo à educação derivam em cidadania. Os jovens, além de certa descrença na politização pela esco-

la, também não se percebem como possíveis colaboradores nas mudanças relativas à educação, fato que coloca dúvidas em relação ao futuro do ensino no país. Os idosos, que acreditam que o ensino auxilia, entre outras coisas, na politização, também se apresentam favoráveis à promoção da educação.

É possível notar que a atitude dos grupos está em discordância com o direito à liberdade de expressão contida em lei. O direito à segurança para a maioria dos respondentes parece configurar-se como fato consumado. Os participantes desejam discutir e esclarecer as normas sociais, mas são desfavoráveis às reivindicações dos direitos, um dos principais atos de cidadania.

O comportamento de respeito ao próximo, apontado por ambos os grupos, garante a civilidade nas relações, por meio do cumprimento dos direitos de todos os habitantes e dos deveres cabíveis ao cidadão e ao Estado. E o comportamento de cumprir direitos e deveres encontra no grupo dos jovens vários adeptos, que estão em sintonia com a proposta da cidadania, na qual constam os direitos e deveres que o cidadão tem em relação à sua nação. O respeito aos direitos e deveres já era incumbido ao *civita* (cidadão) da civilização greco-romana (RIBEIRO, 2007; MOISÉS, 2005). No grupo dos idosos, outro comportamento lembrado foi o da colaboração, o qual permite uma maior adaptabilidade à realidade social vigente, já que contempla tanto o Estado quanto as pessoas.

Os aspectos de cunho intrinsecamente político, de suma importância para a base da cidadania, foram brevemente ressaltados entre os jovens, o que faz perceber o abismo existente entre a política e os cidadãos. E a ação de votar, um dos mais conhecidos comportamentos de um cidadão, não obteve, entre os pesquisados, tanta relevância quanto a educação como promotora de cidadania. Mesmo que de forma mínima, ambos os grupos citaram a educação e ressaltaram que ainda acreditam que a construção de uma sociedade cidadã passa por premissas educacionais.

Os participantes enfatizaram a importância do voto, principalmente pelo poder de escolha, e a afinidade entre bem-estar e política. No entanto, parecem não configurar motivos suficientes para impulsionar as discussões políticas. Fica claro que a escolha dos eleitos pelo voto direto é, para esses grupos, em poucos casos, fruto de discussões e aprofundamentos sobre questões relativas à política, o que parece também acontecer dentro dos movimentos sociais, pois, mesmo entre aqueles que fazem ou fizeram parte desses movimentos, a discussão sobre política não é substancial.

O que se pode perceber é que, embora, numa perspectiva atitudinal e representacional, a cidadania não esteja relacionada apenas com o voto, o comportamento relatado pelos participantes indica que é por ele que os indivíduos efetivamente praticam a cidadania. Esse aspecto caracteriza o que Leon Festinger (1975) denominou dissonância cognitiva, em que o comportamento é dissonante das atitudes ou das representações sociais, uma vez que estas assumem um caráter mais normativo e menos funcional. A dissonância cognitiva envolve um desequilíbrio entre os componentes cognitivo, afetivo e comportamental das atitudes, indicando que, no caso do voto, os participantes parecem pensar que este não seja o símbolo mais importante da cidadania, no entanto o comportamento deles limita-se à participação nas eleições periódicas realizadas para escolher os representantes políticos.

Considerações finais

Os distintos temas trazidos pelos participantes da pesquisa demonstraram que, para eles, o conceito de cidadania é abrangente, não se limitando apenas ao cumprimento dos deveres por parte do Estado.

Os grupos de idosos e jovens apresentaram posicionamentos diferentes com relação à cidadania, embora tenham apontado aspectos comuns de sua representação social. Nota-se, dessa forma, que a história se encarregou de modificar as realidades sociais, através de duas gerações com diferentes visões da sociedade e da cidadania. E que também os distantes níveis de educação formal podem ter interferido nas diferenças de posicionamento.

O conteúdo literário existente sobre a cidadania contempla, quase que exclusivamente, a área jurídica, enquanto, no campo da psicologia, os achados limitam-se à psicologia política, indicando a necessidade de novos estudos sobre cidadania, na qual a ciência psicológica e, sobretudo, a psicologia social têm muito a contribuir.

CITIZEN FOCUS: SOCIAL REPRESENTATION, ATTITUDES AND BEHAVIORS OF CITIZENSHIP

Abstract: This study aimed to characterize social representations, attitudes and behaviors about citizenship by young and old. Therefore, 100 people answered a semistructured questionnaire on the topic. This instrument consisted of questions of free recall, multiple choice, open questions and an attitude scale. Participants were paired among young and elderly people. Responses were analyzed by descriptive statistics, content analysis and lexicographical. The results indicate that social representation of citizenship is related to values such as honesty and respect, beyond the commitment of people to society. Young people show themselves to be favorable to the discussions and reflections political aspect is not evident among the elderly. The vote not is highlighted as an act of citizenship in both groups, however, is through him that they realize their actions more effectively as citizens. There are indications of the phenomenon of cognitive dissonance between behavior and attitudes, which are based on social representations of citizenship.

Keywords: citizenship; social representations; attitudes; behavior; generation.

CIUDADANO IN EL CENTRO: REPRESENTACIONES SOCIALES, ACTITUDES Y COMPORTAMIENTOS DE LA CIUDADANÍA

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo caracterizar las representaciones sociales, actitudes y comportamientos de la ciudadanía por jóvenes y viejos. Para esto 100 personas respondieron a un cuestionario semiestructurado sobre el tema. Este instrumento consta de preguntas de evocación libre, preguntas de múltiple opción, preguntas abiertas y una escala de actitudes. Para la composición de la muestra el número de participantes de jóvenes y ancianos fue igualado. Las respuestas se analizaron mediante estadística descriptiva, análisis de contenido y análisis lexicográfico. Los resultados indican que la representación social de la ciudadanía se relaciona con valores como honestidad y el respeto así como el compromiso de las personas con la sociedad. Los jóvenes son favorables a los debates y reflexiones políticas, diferente de lo encontrado con los ancianos. En los dos grupos el voto no es destacado como un acto de ciudadanía, sin embargo es a partir del voto que los mismos se dan cuenta de sus acciones más efectivas como ciudadanos. Hay indicadores del fenómeno de la disonancia cognitiva entre la conducta y actitudes que se basan en las representaciones sociales de la ciudadanía.

Palabras clave: ciudadanía; representaciones sociales; actitudes; conducta; generación.

Referências

ABRIC, J. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: Editora da UCG, 2003. p. 37-57.

ALLAIN, J. M.; CAMARGO, B. V. O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 92-108, 2007.

ATKINSON, R. L. et al. **Introdução à psicologia de Hilgard**. Tradução Daniel Bueno. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/2006 e pelas revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

CHAMON, E. M. Q. O. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 21-33, 2006.

DEUTSCH, S. Atitude de trabalhadores quanto à prática da atividade física no tempo livre. **Motriz. Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 160-166, 1999.

FARAH, E. **Cidadania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

FESTINGER, L. **Teoria da dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População jovem no Brasil**: a dimensão demográfica. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Rio de Janeiro, 2008.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-41.

JODELET, D. **Representação social da loucura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

KOSHIBA, L. **História**: origens, estruturas e processos. São Paulo: Atual, 2000.

LIMA, M. L. Atitudes: estrutura e mudança. In: VALA, J.; JABLONSKI, M. (Org.). **Psicologia social**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 187-225.

LIMA, R. K. Direitos civis e direitos humanos: uma tradição judiciária pré-republicana? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 49-59, 2004.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LUCA, T. R. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 468-493.

- MACIEL, A. R. R. **Brasil: do voto cabresto ao voto eletrônico, a longa caminhada legal.** Brasília: BDJur, 2009.
- MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 65, p. 71-94, 2005.
- MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representação social.** Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.
- MOSCOVICI, S. **La psychanalyse son image et son public.** Paris: PUF, 1961.
- OLIVEIRA, L. H. H. Voto obrigatório e equidade: um estudo de caso. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 144-152, 1999.
- RIBEIRO, L. C. Q. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. **Sociedade Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, dez. 2007.
- SAES, D. A. M. Questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, p. 377-410, 2001.
- SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L. A.; SOUZA, Y. S. O. Adolescência em revistas: um estudo sobre representações sociais. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 103-113, 2011.
- SIQUEIRA, J. P. H.; OLIVEIRA, M. A. M. M. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- TORRES, T. L.; CAMARGO, B. V. Representações sociais da aids e da terapia anti-retroviral para pessoas vivendo com HIV. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2008.

Contato

Tatiana Lucena Torres

e-mail: tltorres2@yahoo.com.br

Tramitação

Recebido em agosto de 2010

Aceito em outubro de 2011